

Letramento

Renata Miranda França
Assessora Pedagógica

A conceituação de alfabetização, na história, definia-se como o ensino do sistema alfabético, ou seja, leitura e escrita, decodificação e codificação de sinais e sons em sinais gráficos. Com base nesse conceito de alfabetização, tinha-se a ideia de que os educandos não possuíam nenhum conhecimento prévio e chegavam ao ambiente escolar “vazios”, bem como havia também a ideia de que o processo de aprendizagem ocorria apenas por repetição. Além disso, pensava-se que o educador era o detentor de todo e qualquer conhecimento e experiências necessários para atuar nesse processo e concretizá-lo (SOARES, 2014).

O surgimento do letramento no Brasil ocorreu por volta dos anos 80, em decorrência da necessidade de nomear o sistema alfabético e ortográfico em suas práticas sociais de leitura e escrita. No entanto, somente em 2001 o Dicionário Houaiss registrou as palavras *letramento* e *letrado*, tendo como definição para *letramento* um conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de materiais escritos.

Assim, é necessário organizar e subsidiar uma mudança no que se refere ao processo de ensino da leitura e da escrita. De acordo com Magda Soares, cujos textos e cujas percepções já traziam essa ideia, a alfabetização tem de ser vista com outra percepção, diante de uma perspectiva em que o educando interaja com outras crianças, tendo e mantendo contato com textos de diferentes gêneros disponíveis na sociedade, no meio em que estão inseridos, para que então possam produzir os próprios textos e refletir sobre eles.

Na proporção em que a alfabetização vai sendo percebida com esse novo olhar, nesse novo viés, sendo assim compreendida como um conhecimento de suma importância perante toda a comunidade, a escola também tem de se comprometer mais com esse entendimento, o que implica práticas que tenham como objetivo dar conta dessa aprendizagem.

Os educadores devem estar cientes de que o processo de alfabetização é algo amplo, pois grande parte de sua responsabilidade cabe à escola, que nesse contexto deve ter clareza quanto à necessidade de compreendê-la como um conhecimento complexo,

uma vez que é necessário trabalhá-la dentro de múltiplas possibilidades, que vão além do simples uso da leitura, da escrita, da escuta e da fala.

É com base nessa concepção que as práticas de alfabetização devem ser direcionadas para que se promovam junto ao letramento e ao diálogo. Considera-se o processo de alfabetização em seu sentido amplo, ou seja, deve-se alfabetizar e letrar na perspectiva dos usos sociais da leitura, da escrita e do diálogo. O educador é o mediador desse processo, devendo também ser um leitor assíduo e competente para que consiga direcionar com maior eficácia os educandos.

O letramento, para Magda Soares (2014), “[...] é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”, ou seja, constitui-se em um processo que não pode ser dissociado dos aprendizados de ler, escrever, falar e escutar, pois todos contribuem para a formação cognitiva do educando.

[...] a cópia é apenas um dos procedimentos usados para apropriar-se da escrita, mas não é o único (nem sequer é o mais importante), aprende-se mais inventando formas e combinações do que copiando; aprende-se mais tentando produzir junto com os outros uma representação adequada para uma ou várias palavras do que fazendo sozinho, exercícios de copiar listas de palavras ou letras. (FERREIRO 2001, p. 102)

Com base nessa colocação, destaca-se a importância do trabalho de leitura, escrita e diálogo com os mais diferentes portadores de textos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Com isso, focalizam-se as mudanças e exigências processadas na sociedade letrada, bem como o sujeito considerado alfabetizado, cuidando para que esse educando esteja de fato dentro da concepção mínima de alfabetização e o inserindo no conceito de letramento, com o intuito de revisar, reavaliar e renovar continuamente as práticas de leitura e escrita. Ao final de todo esse processo, objetiva-se ter educandos realmente aptos, habilitados, competentes e, principalmente, letrados.

Ao se considerar a sociedade contemporânea, há a percepção de que não basta dominar mecanicamente a leitura e a escrita, pois é preciso ir muito além; é necessário associar ao processo de alfabetização o letramento como fonte de conhecimentos socialmente importantes.

Voltando para o ambiente escolar em questão, o letramento tem de ser um complemento para a alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por se tratar de um período escolar decisivo para o processo de aprendizagem.

A formação do leitor, ou mesmo do escritor, começa quando este é inserido no mundo das linguagens, ou seja, quando leitura e escrita começam a ser inseridas na prática educativa.

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular, em dezembro de 2017, a alfabetização deverá ocorrer nos dois primeiros anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, momento em que o processo de ensino-aprendizagem é direcionado para esse fim. Os estudiosos e defensores da inserção do conceito de letramento explicitam que não é a aquisição do sistema de escrita que desenvolverá o intelecto, mas sim seu uso nas mais variadas opções em que podemos inseri-lo e multiplicá-lo.

“Alfabetizar é ensinar o código alfabético, letrar é familiarizar o aprendiz com os diversos usos sociais da leitura e da escrita” (SOARES, 2014, p. 5).

Com isso, há a conclusão de que não basta saber ler, escrever e dialogar, pois é necessário proporcionar aos educandos o entendimento de como usar essas concepções. Busca-se refletir sobre o ensino da leitura e da aprendizagem, considerando aspectos sociais da língua escrita; ao se assumir o letramento no ambiente escolar, adota-se também uma nova concepção de ensino, baseando-se na ideia de que as habilidades não são aprendizagens individuais, portanto necessitam da interação entre os envolvidos para que sejam efetivas.

Atualmente, por meio desses conceitos, busca-se no país a redução de reprovações, esquecendo-se de uma preocupação maior: o analfabetismo. É essencial que os indivíduos engajados na busca pela melhoria da educação enquanto componente fundamental da sociedade percebam que a atenção tem de se voltar para a formação de cidadãos que não apenas sejam repetidores, mas que saibam ler e escrever se apropriando do verdadeiro significado que essas habilidades possuem também no contexto externo à escola.

No âmbito escolar, letramento não deve estar direcionado apenas para uma disciplina, pois deve permear todas as áreas que integram a Educação Infantil e os anos iniciais. Afinal, não se pode esquecer que se trata de um processo que lida com a formação de vidas, seres humanos pensantes que precisam entender, compreender e internalizar seu verdadeiro papel perante a sociedade. Deve-se fazer, já na base do ensino, essa concepção perdurar durante toda a trajetória educativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Documento da Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base (BNCC)**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

FERREIRO, E. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, A. **Formação para o letramento: contextos, práticas e atores**. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2014.